



Salário justo e educação de qualidade, um direito de todos

Pais, mães, alunos e sociedade em geral:

Nós professores e funcionários das escolas públicas do Paraná nos dirigimos a vocês para, mais uma vez, reafirmar o nosso compromisso com a Educação Pública e com todos os estudantes que estão conosco no dia-a-dia da escola.

Sabemos que uma educação pública de qualidade é fundamental para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Por isso, hoje, 24 de abril, juntamente com os educadores de todo o País estamos realizando um dia de greve nacional convocado pela CNTE - (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Aqui no Paraná, além da paralisação realizamos na data de hoje atos públicos e caminhadas em defesa da educação pública de qualidade em vários municípios de nosso Estado. Nosso objetivo é um só: termos uma escola pública melhor para o seu filho.

Para uma educação melhor, nacionalmente reivindicamos a implementação de um Piso Salarial Profissional justo para todos os trabalhadores brasileiros da educação, a fim de que estes possam ter condições de realizar o importante trabalho de educar nossos estudantes.

Em nível estadual estamos levando ao governo do Paraná nossa Campanha Salarial 2009. Queremos, entre outros pontos, equiparação salarial com os demais servidores públicos do Estado, a implementação do cargo de 40 horas e dos itens pendentes do Plano de Carreira dos Funcionários e a melhoria das condições de trabalho e de saúde dos educadores.

Além disso, estamos chamando a atenção para a importância do Estado do Paraná aprovar na Assembléia Legislativa, ainda neste ano, um Plano Estadual de Educação e uma nova Lei Estadual de Sistema Educacional. Para tanto, reivindicamos do governo do Paraná a garantia da participação da sociedade civil organizada em sua elaboração.

Por isto, queremos mais uma vez contar com o seu apoio à luta pela
ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS OS PARANAENSES!

Esta luta é de todos nós!

Obrigado por sua atenção,

APP-SINDICATO

Veja porque lutamos:

Piso nacional:

A Lei nº11.738/08 instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para todos os professores brasileiros. A Lei prevê um piso atualizado de R\$1.132,90 e 33% de hora-atividade. Na maioria dos estados e municípios do país, o PSPN ainda não foi implantado. Uma decisão provisória do Supremo Tribunal Federal sobre alguns aspectos da Lei do Piso tem dificultado a sua implementação. Educadores de todo o país estão unidos em defesa da imediata efetivação desta conquista da sociedade brasileira.

Equiparação:

É necessária e urgente a equiparação dos salários iniciais dos professores/as com as demais carreiras do estado de nível superior como forma de valorizar a Educação paranaense.

Hoje, o salário de ingresso de um professor/a com dois padrões é de R\$ 1.392,36 além do auxílio transporte de R\$ 406,18 por 40 horas. Um agente profissional, que também precisa ter formação em curso superior, recebe o piso de R\$ 2.265,61 pela jornada de 40 horas. Para que ambos tenham salários equivalentes, é necessário incorporar o auxílio transporte e reajustar os salários em 25,97% de professores/as e funcionários/as.

Cargo de 40 horas:

Há seis anos a APP-Sindicato luta pelo cargo de 40 horas junto ao governo do Paraná. Em fevereiro deste ano o governo publicou o Decreto nº 4213 normatizando a oferta a opção ao cargo de 40 horas. Após este fato, a direção sindical estabeleceu uma série de reuniões com o governo para tratar do seu processo de implementação.

Queremos a efetivação de um ágil cronograma de efetivação desta importante conquista para a educação do Paraná.

Saúde:

É preocupante o quadro de adoecimento dos educadores do Paraná e do País. A cada mês tem aumentado significativamente o número de professores e funcionários afastados da escola por motivo de exaustão profissional. Para alterar esta situação é fundamental melhorar as condições de trabalho dos educadores. Assim, reivindicamos a ampliação da hora-atividade, a redução do número de alunos por turma, a ampliação do porte de escolas e a instituição de programas de prevenção à saúde dos educadores. Em relação ao atendimento, reivindicamos a reativação do IPE, visto que o atual modelo SAS – (Serviço de Atendimento à Saúde dos Servidores) não atende nossas necessidades.

Posse dos funcionários:

A posse dos funcionários de escola que passaram nos concursos 2006 e 2007 é de fundamental importância para o processo de valorização dos funcionários de escola e uma melhor qualidade da educação pública.

Queremos que o governo anuncie um cronograma de posse dos concursados para ser efetivado ainda no primeiro semestre deste ano.

Auxílio Transporte para todos os funcionários:

A Lei Complementar 123/08 que instituiu o Plano de Carreira dos Funcionários/as foi sancionada no dia 09/09/2008. Para que seja implementada de forma completa é preciso fazer o pagamento das gratificações de período noturno e auxílio-transporte aos funcionários CLT, PSS e Paranaeducação, assim como o pagamento das promoções já protocoladas.

Plano Estadual de Educação:

Conforme já deliberado na Conferência Estadual da APP-Sindicato, em 2006, a aprovação de um Plano Estadual de Educação e uma nova Lei do Sistema Estadual de Ensino é uma das principais reivindicações da categoria, assegurando-se em sua tramitação a ampla participação da sociedade civil organizada, especialmente das entidades que representam a comunidade educacional, como o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, do qual a APP- Sindicato faz parte.

Porte de Escola:

A categoria reivindica a imediata ampliação do Porte das Escolas, para que supra a necessidade referente ao número de funcionários/as, equipes pedagógicas e direções. O porte das escolas permanece o mesmo desde 2000, quando houve uma drástica diminuição do número de funcionários nas escolas, por uma determinação da política neoliberal do governo Lerner. Nesta época, foram suprimidas 240 mil horas de trabalho dos funcionários de escolas.

Licença Especial:

Vários pedidos de Licença Especial protocolados no último período foram indeferidos pelo governo. A alegação é de que não existem horas PSS liberadas para a substituição dos professores e professoras que estariam em licença. Mas não há tantos pedidos assim. Aproximadamente 1000 educadores aguardam a concessão. A APP-Sindicato cobra do governo a imediata liberação dos pedidos de licença especial, afim de que sejam respeitados os direitos dos educadores paranaenses.

PDE:

A APP reivindica a aprovação de Lei normatizando o PDE e já apresentou várias sugestões à Lei, como a ampliação de vagas, valorização de títulos de mestre e doutor e progressão igual a dos outros níveis de carreira, entre outros. A APP também cobra o imediato enquadramento dos concluintes do PDE no Nível III.